

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 25/09/2015 - Edição 1361

Sindicato dos Vigilantes de Alagoas debate NR17 no MPT



Nova audiência está marcada para o dia 18 de outubro, quando as partes devem apresentar estudos sobre a implantação da NR17.

O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas (Sindvigilantes/AL) participou nesta quinta-feira (24) de uma audiência pública no Ministério Público do Trabalho (MPT) para debater a implantação da Norma Regulamentadora (NR) 17 nas agências do Banco do Brasil. A reunião foi convocada pelo Sindicato e reuniu também representantes do banco e da Prosegur.

A NR 17 visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho

às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. O texto determina que o trabalho em pé por longo período de tempo deve ser intercalado por pequenos períodos de descanso. Neste caso, a cobrança do sindicato é para que sejam disponibilizados assentos aos vigilantes que trabalham nas agências bancárias.

Durante a audiência, representantes dos trabalhadores,

dos patrões e da instituição financeira não chegaram a um acordo sobre o tema. Para o preposto do Banco do Brasil, a medida é vedada pela Polícia Federal, órgão fiscalizador da atividade de segurança. O Presidente do Sindvigilantes, Cícero Ferreira, discorda. Segundo Ferreira, a legislação sobre o trabalho dos vigilantes em bancos não proíbe que o trabalho seja realizado sentado.

Diante do impasse, o Procurador do Trabalho, Rodrigo Alencar, determinou que todos os envolvidos na questão aprofundem os estudos sobre o assunto e levem as suas conclusões para uma nova audiência, agendada para o dia 18/10. Para Alencar, deve-se buscar um termo que evite “comprometer a saúde dos trabalhadores”, mas que também garanta a “segurança de todos que frequentam a agência bancária”.

Fonte: Sindvigilantes/AL

Sindicato de Duque de Caxias (RJ) renova parceria para a formação de vigilantes



As pessoas originárias da Baixada Fluminense são isentas de uma certidão de cartório que é exigida apenas para os moradores da capital.

O Sindicato dos Vigilantes de Duque de Caxias anunciou a renovação da parceria com o NCTEC (Novo Centro Técnico de Formação em Segurança Ltda), entidade que continuará ministrando qualificação para a categoria. Segundo o presidente do Sindicato, Carlos Gil de Souza, que é também diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes-CNTV e da Federação Interestadual dos Vigilantes-FEVIG, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), o convênio com o NCTEC vem de muito tempo, aproximadamente 15 anos. As pessoas originárias da Baixada Fluminense são isentas de uma certidão de cartório que é exigida apenas para os moradores da capital.

Através do convênio, ajudamos muitos interessados com carta de descontos. No meu caso, pude fazer o lado de armamento e tiro e o psicotécnico par minha reciclagem e o recadastramento de minha arma, conhecendo de perto o instrutor de tiro João Berclé Gonçalves. Faz parte também da equipe a psicóloga Sara Pais. Os dois são profissionais

qualificados e cadastrados na Polícia Federal e se dedicam muito à formação dos futuros profissionais - disse Gil ao Capital.

Na sede do NCTEC, localizada no bairro de Olaria, a movimentação é intensa. Além de vigilante patrimonial, o Centro forma profissionais de segurança pessoal privada, escolta armada, transporte de valores, CFTV (monitoramento por câmeras), supervisão e segurança para grandes eventos. Sara Pais, que ali trabalha há cerca de 10 anos, diz que é sempre assim. “O NCTEC é que é o que mais qualifica profissionais desse segmento no Estado do Rio de Janeiro. Temos o ISO 9001 desde o ano passado. Somos o único no Rio de Janeiro com essa certificação, que é da ABNT [Associação Brasileira de Normas Técnicas]. Nossa qualidade é total e é conferida através de inspeções a cada seis meses”, afirmou a psicóloga.

João Berclé diz que atua no NCTEC há cerca de quatro anos. Ele lembrou que ao deixar o corpo de fuzileiros navais, onde trabalhava como instrutor, continuou desenvolvendo

seu conhecimento nessa área e também em defesa pessoal, pois é faixa preta de jiu-jitso. “O convite para trabalhar como instrutor na área de segurança privada foi há sete anos. Comecei e fui desenvolvendo cada vez mais. Me credenciei em armamento e tiro em 2013 pelo Sinarm [Sistema Nacional de Armas e Munições, da Polícia Federal] e desde então estou focado nisso. Trabalho também com o clube de tiro Colt 45 e ministro instrução para profissionais de segurança pública. Também auxilio aqueles que tem interesse em compra de armas, pedido de porte, aquisição e renovação de registro, CR de atirador, colecionador, caçador, etc”. Ele não sabe dizer ao certo quantas pessoas já passaram por ele nesses quatro anos no NCTEC. “Por baixo, vou chutar pelo menos 10 mil alunos”, se arriscou.

Sara Pais acrescenta: “O NCTEC faz a preparação para todos os tipos de segurança. Com as turmas de transporte de valores, fazemos até simulação com carro forte. E hoje, tendo em vista a realização das Olimpíadas no ano que vem, a procura está muito grande por turmas de grandes eventos”.

No Novo Centro Técnico de Formação em Segurança, os alunos que residem fora da cidade, dispõem até de alojamento. Após um período de quatro semanas, sai um profissional formado para o mercado. Em um período de 45 a 90 dias, está pronto para trabalhar, depois que a documentação retorna da Polícia Federal.

O Sindicato dos Vigilantes funciona na Rua Francisco Sabino nº 12, Parque Fluminense, Duque de Caxias, RJ. O telefone é (21) 3134-1193. Email: sidcaxias@yahoo.com.br. Quem desejar fazer o contato com o NCTEC pode ligar para 2209-9650 e 7851-3993 ou para 96465-4390 (João Berclé) e 98646-8272 (Sara Pais).

Fonte: Jornal Capital

Após veto ao fim do fator, CUT luta contra progressividade na fórmula 85/95



Em sessão conjunta, o Congresso manteve 26 de 32 vetos da presidenta Dilma Rousseff

Uma luta dos trabalhadores por aposentadorias dignas terá um novo embate no próximo mês, quando a Câmara dos Deputados deve apreciar a Medida Provisória 676, que estabelece a fórmula 85/95 (idade mais tempo de contribuição) para requisição de aposentadorias, com progressividade de pontos de 2017 a 2022 até a fórmula 90/95, em função do aumento da expectativa de vida de população no país.

O Congresso manteve, nesta terça-feira (22), os 26 de 32 vetos da presidenta Dilma Rousseff, entre os quais o que acabava com o fator previdenciário, que reduz em até 40% o valor do benefício de quem pede aposentadoria antes da idade mínima de 60 anos para a mulher e 65 anos para o homem, e também criava a fórmula 85/95 com progressividade.

O secretário-adjunto de organização e política sindical da CUT, Valeir Ertle, afirma que a central havia definido duas estratégias de luta para derrubar o fator previdenciário e a progressividade, mas uma delas foi descartada ontem,

com a manutenção do veto. “Agora, a estratégia é alterar a medida provisória 676, que precisará ser votada para não trancar a pauta da casa”, afirma, referindo-se à regra que define prazo de 120 dias para os parlamentares apreciarem medidas provisórias. A MP 676 entrou em vigência em 18 de junho deste ano.

A proposta da CUT é pela fórmula 85/95 pura, sem progressividade, e pelo fim do fator previdenciário, que foi criado no governo FHC. Valeir lembra também que o tema será discutido em profundidade, no Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social, criado em maio deste ano. “Ali vamos ver os números e a necessidade real de progressividade ou não”, afirma o secretário-adjunto.

“O que nós estamos trabalhando é para derrubar a progressividade. E vários deputados fizeram emendas

para aumentar a progressividade, no lugar de 2022, como estava sendo sugerido”, afirma Valeir, destacando que há uma infinidade de propostas de emendas à MP, inclusive para estender o prazo de progressividade. “Mas vamos nos articular para que a fórmula 85/95 seja aprovada sem a progressividade”, afirma.

Atualmente, as duas regras convivem à escolha do trabalhador na hora da aposentadoria: 85/95 ou o fator previdenciário. Mas a CUT mantém a posição histórica contra o fator previdenciário. “Na hora que o trabalhador mais precisa de dinheiro, que é quando ele se aposenta, ele tem um prejuízo de 30% a 40% (com o fator). E as mulheres são as maiores prejudicadas”, destaca Valeir, já que as mulheres têm expectativa de vida dez anos mais do que os homens.

Fonte: Rede Brasil Atual

13ª Conferência Nacional dos Vigilantes
02 e 03 OUTUBRO 2015
Maceió Mar Hotel
Av. Alvaro Otacilio, 2991
Ponta Verde, Maceió - AL
SIMI NÓS PODEMOS, SIMI NÓS QUEREMOS!
VIGILANTE PISO NACIONAL 3 MIL REAIS
CAMPANHA SALARIAL 2016
Realização: Confederação Nacional dos Vigilantes
Sindicato dos Vigilantes de Alagoas
Apoio: Federações e Sindicatos de Vigilantes

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Priscilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF